J.P.Morgan

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

C.N.P.J. nº 33.851.205/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora") do semestre findo em 30 de junho de 2017, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre, a Distribuidora apresentou um lucro de R$ 40.719 mil, correspondente a R$ 814,38 por ação, sendo que no segundo semestre de 2016 apresentou lucro de R$ 54.629 mil. Em 30 de junho de 2017 o valor patrimonial por ação atingiu R$ 8.773 com aumento de 10,23% em relação ao semestre anterior. São Paulo, 17 de agosto de 2017. **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante		876.433	801.235
Disponibilidades	4	249	202
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	871.304	797.061
Aplicações no mercado aberto		37.397	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		833.907	797.061
Outros créditos	6	4.758	3.888
Rendas a receber		4.210	3.323
Diversos		548	565
Outros valores e bens		122	84
Despesas antecipadas		122	84
Realizável a longo prazo		28.715	27.703
Outros créditos	6	28.715	27.703
Diversos		28.715	27.703
Permanente		567	650
Investimentos		1	1
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de Uso		566	649
Outras imobilizações de uso		852	841
Depreciações acumuladas		(286)	(192)
Total do ativo		**905.715**	**829.588**

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		443.119	440.348
Outras obrigações	6 e 7	443.119	440.348
Fiscais e previdenciárias		28.211	32.056
Negociação e intermediação de valores		410.649	404.226
Diversas		4.259	4.066
Exigível a longo prazo		23.946	22.438
Outras obrigações	6	23.946	22.438
Fiscais e previdenciárias		23.314	21.950
Diversas		632	488
Patrimônio líquido	10	438.650	366.802
Capital social		274.104	274.104
De domiciliados no País		274.104	274.104
Reservas de capital		2.584	2.584
Reservas de lucros		121.243	44.110
Lucros acumulados		40.719	46.004
Total do passivo e patrimônio líquido		**905.715**	**829.588**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receitas de intermediação financeira		68.734	78.833
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		68.734	78.833
Resultado bruto da intermediação financeira		68.734	78.833
Outras receitas/(despesas) operacionais		5.359	4.830
Receitas de prestação de serviços	13a	23.939	20.112
Despesas de pessoal		(3.593)	(4.437)
Despesas administrativas	13b	(10.457)	(5.561)
Despesas tributárias		(4.813)	(4.764)
Outras receitas operacionais	13c	959	1.275
Outras despesas operacionais	13d	(676)	(1.795)
Resultado operacional		74.093	83.663
Resultado antes da tributação sobre o lucro		74.093	83.663
Imposto de renda e contribuição social	9	(33.374)	(37.658)
Provisão para imposto de renda		(18.330)	(20.685)
Provisão para contribuição social		(14.674)	(16.558)
Ativo fiscal diferido		(370)	(415)
Lucro líquido do semestre		40.719	46.004
Quantidade de ações	10	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do semestre - R$		**814,38**	**920,09**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital: Subvenção para investimento	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015		194.104	2.584	15.666	108.444	-	320.798
Aumento de capital	10	80.000	-	-	(80.000)	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	46.004	46.004
Em 30 de junho de 2016		**274.104**	**2.584**	**15.666**	**28.444**	**46.004**	**366.802**
Em 31 de dezembro de 2016		274.104	2.584	20.168	101.075	-	397.931
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	40.719	40.719
Em 30 de junho de 2017		**274.104**	**2.584**	**20.168**	**101.075**	**40.719**	**438.650**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	40.984	46.283
Lucro líquido do semestre	40.719	46.004
Ajuste ao lucro líquido:	265	279
Ativo fiscal diferido	370	415
Atualização de depósitos judiciais	(788)	(896)
Provisões para contingências	636	713
Depreciações	47	47
Variação de ativos e obrigações	(502.802)	(502.483)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(401.737)	(360.001)
Aumento em outros créditos	(691)	(286)
Aumento em outros valores e bens	(62)	(25)
Redução em outras obrigações	(44.354)	(84.003)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(55.958)	(58.168)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	(461.818)	(456.200)
Atividades de investimento		
Aquisição de outros imobilizados de uso	(5)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(5)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(461.823)	(456.200)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	931.639	893.462
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	469.816	437.262
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(461.823)**	**(456.200)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram aprovadas pela Administração em 17 de agosto de 2017. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. **b) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **c) Permanente:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, do CMN tem periodicidade anual. **d) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **e) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. **f) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. O ativo diferido refere-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15. **g) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **h) Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades no montante de R$ 249 (2016 – R$ 202), aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R$ 432.170 (2016 – R$ 437.060) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R$ 37.397. **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações com empresas do grupo no valor de R$ 871.304 (2016 – R$ 797.061) sendo R$ 432.170 (2016 – R$ 437.060) referentes a aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento até 90 dias, aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento superior a 90 dias no montante de R$ 401.737 (2016 – R$ 360.001) e R$ 37.397 referente a aplicações em operações compromissadas - posição bancada com prazo inferior a 90 dias. **6. Outros créditos e outras obrigações:** "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R$ 27.085 (2016 – R$ 25.790) (Nota 8 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no montante de R$ 1.963 (2016 – R$ 2.199) (Nota 9). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", referem-se, principalmente à provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R$ 27.448 (2016 – R$ 31.263) e provisões para obrigações legais relativas a questionamentos judiciais no montante de R$ 23.314 (2016 – R$ 21.950) (Notas 8 (a) e (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicáveis, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para pagamentos a efetuar no valor de R$ 3.659 (2016 – R$ 3.812). **7. Negociação e intermediação de valores:** "Negociação e intermediação de valores" referem-se, no passivo, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R$ 410.649 (2016 – R$ 404.226), em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição. **8. Passivos contingentes e obrigações legais:** A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. A Instituição também é parte em processo judicial de natureza tributária, caracterizado como passivo contingente, que envolve dedutibilidade de despesa de IRPJ para o ano-calendário de 2001, no valor de R$ 208. Os advogados responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais 2017	Depósitos judiciais 2016	Provisões 2017	Provisões 2016
Fiscais e previdenciárias	27.085	25.790	23.314	21.950
Total	**27.085**	**25.790**	**23.314**	**21.950**

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias Obrigações legais 2017	Total 2016
Saldo inicial	22.678	21.237
Despesas financeiras - juros	636	713
Saldo final	**23.314**	**21.950**

9. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2017	2016
Contingências fiscais	739	762
Provisão de honorários advocatícios	696	679
Provisão para participações nos lucros	236	254
Unidades de Ações Restritas - RSU	79	187
Ajuste - despesas pré-operacionais	176	310
Outros	37	7
Total de créditos tributários - ativo	**1.963**	**2.199**

No semestre foi constituído crédito tributário de R$ 27 (2016 – R$ 21), tendo sido realizado R$ 397 (2016 – R$ 436) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R$ 1.963 é estimada em 15% no 1º ano, 4% do 2º ao 3º ano, 5% do 4º ao 5° ano, 8% do 6º ao 7º ano, 16% do 8º ao 9º ano e 19% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R$ 1.116 (2016 – R$ 958). A Distribuidora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 30 de junho de 2017 e 2016. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2017	2016
Resultado antes do IRPJ e CSLL	74.093	83.663
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(33.342)	(37.648)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(52)	(60)
Efeito CSLL 5%	8	38
Outros	12	12
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(32)	(10)
Total da Despesa de IRPJ e CSLL no semestre	**(33.374)**	**(37.658)**

10. Patrimônio líquido: O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois o que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovado o aumento do capital no montante de R$ 80.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de lucros – Estatutária, sem a emissão de novas ações. Este aumento foi aprovado pelo BACEN em 22 de junho de 2016. A Reserva de lucros - Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros - Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. **11. Benefícios: (a) Fundo de pensão:** A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais, sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. A Distribuidora registrou despesa de R$ 104 (2016 – R$ 130) relacionada a contribuições para o Fundo. **(b) Unidades de ações restritas:** Os funcionários elegíveis da Distribuidora participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period)*, de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque – NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2017 Quantidade de ações	2017 Valor em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2016	1.499	85
Ações entregues no semestre (*vested*)	(831)	(47)
Ações em circulação em 30/06/2017	668	38

	2016 Quantidade de ações	2016 Valor em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2015	2.050	112
Ações outorgadas durante o semestre (*granted*)	700	40
Ações entregues no semestre (*vested*)	(1.251)	(67)
Ações em circulação em 30/06/2016	1.499	85

Não houve repagamentos à matriz durante o primeiro semestre de 2017 e 2016. O valor da obrigação de repagamento registrada no passivo em 30 de junho de 2017, incluindo encargos sociais, é de R$ 347 (2016 – R$ 633). Em virtude desse programa a despesa registrada no semestre foi de R$ 2 (2016 – R$ 119), incluindo os encargos sociais. **12. Transações com partes relacionadas (Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Distribuidora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo Financeiro J.P. Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

	2017 Ativos/ (Passivos)	2017 Receitas/ (Despesas)	2016 Ativos/ (Passivos)	2016 Receitas/ (Despesa)
Disponibilidades	**249**	**-**	**202**	**-**
Banco J.P. Morgan S.A.	249	-	202	-
Negociação e intermediação de valores	**(410.649)**	**-**	**(404.226)**	-
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch	(410.649)	-	(404.226)	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**833.907**	**67.846**	**797.061**	**78.833**
Banco J.P. Morgan S.A.	833.907	67.846	797.061	78.833
Aplicações em operações compromissadas	**37.397**	**888**	**-**	**-**
Banco J.P. Morgan S.A.	37.397	888	-	-
Despesas administrativas	**(1.195)**	**(5.356)**	**(637)**	**(1.355)**
Banco J.P. Morgan S.A.	(1.195)	(5.356)	(637)	(1.355)
Despesas de pessoal	**(282)**	**-**	**(518)**	**(38)**
JPMorgan Chase & CO.	(282)	-	(518)	(38)
Rendas de prestação de serviços	**4.210**	**23.939**	**3.323**	**20.112**
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch	4.128	23.554	3.217	19.596
JP Morgan Overseas Capital Corporation	82	385	106	516

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. **13. Outras informações: (a)** "Receitas de prestação de serviços", referem-se, principalmente, a receitas de serviços de custódia no valor de R$ 23.554 (2016 – R$ 19.596). **(b)** "Despesas administrativas" referem-se, principalmente, à despesa de aluguel no valor de R$ 548 (2016 – R$ 674), despesas de serviços financeiros no valor de R$ 8.147 (2016 – R$ 3.331) e despesa de serviços técnicos especializados no valor R$ 1.331 (2016 – R$ 1.082). **(c)** "Outras receitas operacionais" referem-se, principalmente, à atualização monetária sobre "Outros créditos - diversos" no valor de R$ 788 (2016 – R$ 896). **(d)** "Outras despesas operacionais" referem-se, principalmente, à atualização monetária sobre "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" no valor de R$ 636 (2016 – R$ 1.714). **(e)** Em 30 de junho de 2017, os ativos em custódia totalizavam R$ 232.699.674 (2016 – R$ 206.288.563). Em 30 de junho de 2017 e 2016, a Distribuidora não possuía operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos em aberto.

A DIRETORIA

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor -** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2017

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3